

# ***GS Inima Brasil Ltda. e controladas***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2014 e Relatório  
dos Auditores Independentes sobre  
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da  
GS Inima Brasil Ltda.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da GS Inima Brasil Ltda. (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GS Inima Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 15 de janeiro de 2015.

DELOITTE BRASIL

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 000164/O-4



Alex Andrade Vaz da Silva

Contador

CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

GS INIMA BRASIL LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13			31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.913	19.919	37.527	29.823	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	9.495	4.322
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	-	5.583	Debêntures privadas	12	-	-	3.353	-
Contas a receber	6	-	-	16.716	12.945	Fornecedores		884	222	2.744	3.044
Partes relacionadas	10	1.537	5.669	116	4.754	Fornecedores - partes relacionadas		-	-	-	2.799
Dividendos a receber	10	6.251	5.004	-	-	Obrigações sociais		1.349	1.074	3.453	2.709
Impostos a recuperar		422	307	1.142	1.723	Obrigações fiscais		204	118	2.622	2.136
Ativo financeiro	7	-	-	53.097	30.520	Impostos diferidos		-	-	781	-
Outros créditos		28	40	359	269	Partes relacionadas	10	236	656	272	5.743
Total do ativo circulante		26.151	30.939	108.957	85.617	Outras obrigações		27	57	650	323
						Total do passivo circulante		2.700	2.127	23.370	21.076
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras		714	-	714	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	104.246	38.159
Partes relacionadas	10	732	-	732	-	Debêntures privadas	12	-	-	116.417	109.742
Impostos a recuperar		3.462	3.394	3.462	3.394	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	10.919	10.629
Ativo financeiro	7	-	-	345.738	253.901	Impostos diferidos		-	-	22.989	15.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	18	33	-	-	Outras obrigações		765	755	2.282	2.224
Outros créditos		52	814	301	843	Total do passivo não circulante		765	755	256.853	176.447
Total do realizável a longo prazo		4.978	4.241	350.947	258.138						
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Investimentos em controladas e coligadas	8	133.587	110.127	-	-	Capital social	13	60.102	48.968	60.102	48.968
Imobilizado	9	341	205	1.679	1.177	Reserva de capital		3.928	-	3.928	-
Intangível		28	43	166	169	Reservas de lucros		97.590	93.705	97.590	93.705
Total do ativo não circulante		138.934	114.616	352.792	259.484	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários		161.620	142.673	161.620	142.673
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	19.906	4.905
						Total do patrimônio líquido		161.620	142.673	181.526	147.578
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>165.085</b>	<b>145.555</b>	<b>461.749</b>	<b>345.101</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>165.085</b>	<b>145.555</b>	<b>461.749</b>	<b>345.101</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
RECEITA LÍQUIDA	14	11.520	14.059	134.317	141.207
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	(10.774)	(4.699)	(66.875)	(91.686)
LUCRO BRUTO		746	9.360	67.442	49.521
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	15	(9.214)	(5.200)	(18.890)	(12.153)
Resultado de equivalência patrimonial	8	25.233	19.263	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	15	-	-	-	33
		16.019	14.063	(18.890)	(12.120)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		16.765	23.424	48.552	37.402
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	16	2.489	2.387	4.641	4.763
Despesas financeiras	16	(73)	(60)	(21.233)	(11.349)
		2.416	2.327	(16.592)	(6.586)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		19.181	25.751	31.960	30.816
(DESPESA) CRÉDITO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	17	-	(1.896)	(7.401)	(12.643)
Diferidos	17	(16)	(109)	(1.755)	2.394
		(16)	(2.005)	(9.156)	(10.249)
Lucro atribuível aos proprietários da controladora		19.165	23.746	22.804	20.567
Lucro atribuível aos não controladores		-	-	(3.639)	3.179
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.165	23.746	19.165	23.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.165	23.746	19.165	23.746
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>19.165</u>	<u>23.746</u>	<u>19.165</u>	<u>23.746</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva capital</u>	<u>Lucros retidos</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		48.968	-	85.959	-	134.927
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.746	23.746
Distribuição de lucros		-	-	(16.000)	-	(16.000)
Transferencia para retenção de lucros		-	-	23.746	(23.746)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>48.968</u>	<u>-</u>	<u>93.705</u>	<u>-</u>	<u>142.673</u>
Aumento capital social	13	11.134	-	-	-	11.134
Constituição de reserva de capital	13	-	3.928	-	-	3.928
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.165	19.165
Distribuição de lucros	13	-	-	(15.280)	-	(15.280)
Transferencia para retenção de lucros		-	-	19.165	(19.165)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>60.102</u>	<u>3.928</u>	<u>97.590</u>	<u>-</u>	<u>161.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício		19.165	23.746	19.165	23.746
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social		16	2.005	9.156	10.249
Depreciação e amortização	9	97	96	314	295
Juros sobre empréstimos	11	-	-	(18.179)	11.057
Rendimento das aplicações financeiras vinculadas		-	-	(804)	(1.650)
Variação cambial sobre empréstimos e "swap"		-	-	-	94
Remuneração do ativo financeiro	14	-	-	(30.568)	(27.879)
Resultado de equivalência patrimonial		(25.233)	(19.263)	-	-
Amortização de custos para emissão debêntures	12	-	-	152	152
Participação dos acionistas não controladores		-	-	6.787	(3.179)
(Aumento) Diminuição nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	(2.928)	(2.472)
Outros Investimentos	8	-	-	6.043	41.268
Partes relacionadas	10	-	-	498	164
Ativo financeiro	7	-	-	(27.998)	(64.415)
Impostos a recuperar		(184)	(1.386)	513	(1.900)
Outros créditos		60	3	(74)	1.403
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		661	(35)	608	(2.151)
Partes relacionadas	10	3.556	(252)	(5.519)	1.970
Obrigações sociais		273	177	646	(557)
Obrigações fiscais		(1.808)	(270)	(3.347)	(339)
Outras obrigações		(594)	158	(340)	(131)
Impostos diferidos		-	-	3.841	13.182
Juros pagos		1.792	(1)	5.285	(2.024)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		(2.199)	4.978	(36.749)	(3.117)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.324)	(6.499)	(12.764)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Dividendos recebidos de controlada		20.016	13.000	-	-
Integralização de capital em controladas		(4.428)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado		(222)	(66)	(722)	(275)
Baixas de ativo imobilizado	9	111	6	143	72
Aquisição de ativo intangível		(4)	(10)	(48)	(10)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		15.473	12.930	(627)	(213)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Empréstimos:					
Captações	11	-	-	68.452	35.774
Pagamentos de principal	11	-	(3)	(5.325)	(12.023)
Subscrição de capital de não controladores		-	-	3.732	-
Pagamentos de lucros		(15.280)	(16.000)	(15.280)	(16.000)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		(15.280)	(16.003)	51.579	7.751
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(2.006)</b>	<b>(422)</b>	<b>7.704</b>	<b>(8.343)</b>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		19.919	20.341	29.823	38.166
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		<u>17.913</u>	<u>19.919</u>	<u>37.527</u>	<u>29.823</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## GS INIMA BRASIL LTDA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GS Inima Brasil Ltda. (“Sociedade”) foi constituída em 29 de maio de 2008 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem, construção de obras, incluindo estações de tratamento de água potável, de água doce ou salgada, estações de tratamento de esgoto doméstico ou industrial, sistemas de secagem e/ou disposição de lodo, redes coletoras, redes de distribuição e obras complementares a serviços de meio ambiente e saneamento em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura, incluindo serviços de saneamento e potabilização, mediante qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de saneamento.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

Abaixo um resumo das atividades de cada controlada.

#### AMBIENT

A Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (“Sociedade”) foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95 da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP.

O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Durante o exercício de 2000, a Sociedade finalizou parte das obras relativas à construção da primeira estação de tratamento de esgoto, em fase de testes no final daquele exercício. As operações de tratamento de esgoto previstas no edital iniciaram-se em julho de 2001, sendo utilizados aproximadamente 14% da capacidade total. Durante 2001, 2002 e 2003, foram efetuados elevados investimentos para a construção da segunda estação de tratamento, concluída e colocada em operação em março de 2003.

Durante o exercício de 2007, a Sociedade assinou com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto o “Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedidos de Obra Pública” (firmado em 28 de setembro de 1995, decorrente da concorrência pública nº 005/94), em que prorroga o prazo de vigência da concessão do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, de 28 de abril de 2018 para 28 de setembro de 2023.

### ARAUCÁRIA

A Araucária Saneamento S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Araucária Saneamento S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (VML), na data de referência dos preços de 1º de março de 2010.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade encontrava-se em fase de operação assistida. Em 1º de abril de 2014 foi emitido o “Termo de Aceitação Provisória”, formalizado entre a Sociedade e a Sabesp, momento em que se deu o início da locação dos ativos pelo prazo de 240 meses.

### SANEVAP

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 4 de julho de 2011, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09 (“Contrato”), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP”), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 40.576/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos - Sub Bacia Pararangaba (parcial), composto pela Estação de Tratamento de Esgoto, Coletor Tronco Pararangaba (parcial), Coletor Tronco Botujuru (parcial), Coletor Tronco Galo Branco, Coletor Tronco Cajuru, Estação Elevatória de Esgotos São Vicente e respectiva Linha de Recalque, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Termo de Contrato e foi estimado em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$186.960 composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$779, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (“VML”), na data de referência dos preços de 1º de março de 2011.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação, com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação, e nesse período a Sociedade irá ser remunerada pelo VML. O valor estimado para conclusão da obra é de R\$80.374, conforme contrato entre a Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

### SESAMM

Em 26 de dezembro de 2014, através de reunião de quotistas, foi aprovado aumento no capital da GS Inima, no valor de R\$15.061, sendo R\$11.133 destinados ao capital social, e R\$3.928 à reserva de capital, integralizados mediante a conferência de 57% de participação acionária no capital da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. (SESAMM), adquirindo controle neste ato.

A SESAMM foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sociedade são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim (“Poder Concedente”), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas: (a) remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m<sup>3</sup> de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado e (b) remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m<sup>3</sup> de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O valor estimado do contrato é de R\$286.109, composto pela remuneração dos investimentos e da operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$78.930, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2013, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$53.204, líquido dos impostos sobre receitas de construção. A Sociedade estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$25.726, líquidos dos impostos sobre receitas de construção. A Sociedade entrou em operação no dia 14 de junho de 2012.

### SANAMA

A Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 08 de outubro de 2014, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativa nº 079/2014 (“Contrato”), celebrado com a Companhia de Saneamento de Alagoas (a “CASAL”), decorrente Concorrência Nacional cujo objeto consiste na: (a) implantação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da Parte Alta de Maceió; (b) operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da Parte Alta da cidade de Maceió; (c) realização de serviços complementares relativos à Leitura de Hidrômetros, Fiscalização, Cobrança e Gestão Comercial visando o incremento de Arrecadação da CASAL; (d) como Parte Alta da Cidade de Maceió entende-se o recorte geográfico composto pelos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da Unidade de Negócios de Benedito Bentes da CASAL.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados a partir da Data de Eficácia do Contrato que é aquela em que estiverem implementadas as condições suspensivas, que deverão ser implementadas pelas partes em prazo não superior a 180 dias.

Depois de cumprido todos os requisitos, a CASAL emitirá a competente Ordem de Serviço que marcará a Data de Vigência do Contrato. O valor estimado do contrato é de R\$289.544 composto pela remuneração dos serviços de esgotamento sanitário na Área da Participação Público Privada (PPP), acrescida do incremento de faturamento advindo da redução da inadimplência da Área da PPP, decorrente da adoção das ações previstas no Termo de Referência. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade encontrava-se em fase pré-operacional.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

## 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

## 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4. Critérios de consolidação

A Sociedade consolidou integralmente as demonstrações financeiras de suas controladas Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (“Ambient”), Araucária Saneamento S.A. (“Araucária”), Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. (“Sanevap”), Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. (“Sesamm”) e Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. (“Sanama”), nas quais detém participação sobre o capital social de 100%, 51% e 50,1%, 57% e 60% respectivamente.

Considera-se existir controle quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Assim sendo, considerando existirem esses condicionantes em relação aos investimentos detidos pela Sociedade, foram consolidadas integralmente as demonstrações financeiras das suas controladas, com base nas demonstrações levantadas na mesma data-base da Controladora.

Os seguintes principais procedimentos de consolidação adotados foram:

- Eliminação do saldo de investimento e do resultado de equivalência patrimonial.
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as companhias consolidadas.

A seguir, destaca-se um resumo das demonstrações financeiras das controladas:

	31/12/2014				
	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sanama</u>	<u>Sesamm</u>
Ativo:					
Ativo circulante	49.840	26.643	864	1.232	11.902
Ativo não circulante	<u>85.590</u>	<u>121.286</u>	<u>87.910</u>	<u>834</u>	<u>56.255</u>
Total do ativo	<u>135.430</u>	<u>147.929</u>	<u>88.774</u>	<u>2.066</u>	<u>68.157</u>
Passivo:					
Passivo circulante	13.947	4.158	8.205	277	1.758
Passivo não circulante	12.351	128.634	79.679	-	39.704
Patrimônio líquido	<u>109.132</u>	<u>15.137</u>	<u>890</u>	<u>1.789</u>	<u>26.695</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>135.430</u>	<u>147.929</u>	<u>88.774</u>	<u>2.066</u>	<u>68.157</u>

	31/12/2013		
	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>
Ativo:			
Ativo circulante	50.033	7.242	3.820
Ativo não circulante	<u>85.309</u>	<u>129.362</u>	<u>44.632</u>
Total do ativo	<u>135.342</u>	<u>136.604</u>	<u>48.452</u>
Passivo:			
Passivo circulante	13.077	8.345	3.945
Passivo não circulante	17.160	122.834	40.005
Patrimônio líquido	<u>105.105</u>	<u>5.425</u>	<u>4.502</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>135.542</u>	<u>136.604</u>	<u>48.452</u>

## 2.5. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, na determinação da vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas com credores de liquidação duvidosa, elaboração de projeções para realização dos ativos financeiros e permanentes e determinação de receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - contratos de concessão, a Sociedade e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

### Determinação das receitas de construção

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade e suas controladas devem reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

### Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato. Após o início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão ou construção.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

### 3.1. Instrumentos financeiros ativos

#### Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

#### Aplicações financeiras vinculadas

Consistem basicamente em investimentos de curto prazo em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cuja utilização, em função da vinculação ao contrato de debêntures, está condicionada à autorização prévia da Caixa Econômica Federal à medida da evolução executiva da obra prevista no contrato com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, sendo que o vencimento ocorrerá no término da construção.

#### Contas a receber

Na Controladora, referem-se substancialmente aos serviços de construção civil. São registradas com base nos valores nominais e, quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

No Consolidado, incluem os serviços de tratamento de esgoto, locação de ativo e construção civil. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas prováveis.

#### Ativo financeiro

Reconhecido conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.

As controladas Ambient e Sesamm reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

As controladas Araucária e Sanevap reconheceram ativos financeiros representados pelo direito a faturar decorrente do contrato de construção de longo prazo com a SABESP. Na primeira etapa de execução dos contratos, que compreende o período de construção, estes ativos financeiros são representados pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

A controlada Sanama encontra-se em fase pré-operacional, não reconhecendo ainda nenhum ativo financeiro.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O ativo financeiro é avaliado por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

### 3.2. Investimento

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Sociedade.

### 3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas com base na vida útil do ativo pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão (no caso das controladas Ambient e Sesamm).

### 3.4. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens. São registrados os custos de aquisições com software, cuja amortização é linear em um período de cinco anos. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

### 3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e do ativo intangível têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.



### 3.6. Instrumentos financeiros passivos

#### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

#### Empréstimos, financiamentos, debêntures privadas e fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

### 3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos) acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

### 3.8. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

#### Correntes

Na controladora e controladas, com exceção da controlada Ambient em 2014, as provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Ambient optou pela apuração do imposto de renda e a contribuição social pelo regime de lucro presumido. A alíquota de presunção é de 25% (considerando o adicional de 10%) e 9%, respectivamente, cuja base de cálculo corresponde a 32% da receita bruta das vendas, mais a totalidade das demais receitas auferidas. A Administração da Sociedade, considerando suas projeções de resultados e os limites fiscais para essa opção, tem a expectativa de alterar esse método de apuração em até 5 anos.

#### Diferidos

Na controladora e controladas, com exceção da controlada Ambient em 2014, quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa e de outras diferenças temporárias (ativas ou passivas) entre os livros fiscais e os saldos contábeis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

### 3.9. Impostos de suspensão diferidas

Representados pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre a receita de construção, reconhecidos no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações fiscais" conforme projeção de realização da receita a realizar, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item "3.10", e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

### 3.10. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto e de Mogi Mirim e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas de locação de ativo são provenientes do direito a faturar e são reconhecidas pela atualização do ativo financeiro registrado a valor justo com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

As receitas e os custos de construção são reconhecidos pelo valor justo de acordo com o percentual de execução das obras contratadas.

### 3.11. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estavam representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	316	309
Aplicações financeiras	<u>17.597</u>	<u>19.610</u>
Total	<u>17.913</u>	<u>19.919</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	3.065	1.819
Aplicações financeiras	<u>34.462</u>	<u>28.004</u>
Total	<u>37.527</u>	<u>29.823</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB. As aplicações são remuneradas entre 98,50% e 100,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Os recursos das aplicações financeiras vinculadas referiam-se a CDB com vencimento inferior a 90 dias oriundos da captação de debêntures privadas pela controlada Araucária. A movimentação do saldo esteve condicionada à liberação/autorização prévia da Caixa Econômica Federal à medida da evolução executiva da obra prevista no contrato com a SABESP, sendo que o vencimento ocorreu em 2014, no término da construção.

## 6. CONTAS A RECEBER

Os saldos estavam representados por:

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Arrecadação a receber (a)	12.342	12.625
Outros	<u>4.374</u>	<u>320</u>
Total	<u>16.716</u>	<u>12.945</u>

- a) Representa valores a receber do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP referentes às medições do mês corrente das estações de tratamento da controlada Ambient.

Os saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro estão distribuídos conforme a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	1.717	124
Acima de 31 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de vencidas	1.717	124
A vencer:		
Até 30 dias	3.697	1.746
De 31 a 60 dias	1.203	1.320
De 61 a 90 dias	1.584	1.620
A vencer em 131 dias	<u>8.515</u>	<u>8.135</u>
Total a vencer	14.999	12.821
Total de contas a receber de clientes	<u>16.716</u>	<u>12.945</u>

O prazo médio das contas a receber é de 130 dias. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Sociedade não constituiu provisão para perdas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem saldos de contas a receber dados em garantia.

## 7. ATIVO FINANCEIRO

Os saldos consolidados estavam representados por:

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo de investimento (b)	433.659	324.340
Recebimentos	(336.958)	(270.336)
Atualização pela taxa de retorno (a)	<u>302.134</u>	<u>230.417</u>
Total	<u>398.835</u>	<u>284.421</u>
Ativo circulante	53.097	30.520
Ativo não circulante	<u>345.738</u>	<u>253.901</u>
Total	<u>398.835</u>	<u>284.421</u>

- (a) Nas controladas Ambient, Sesamm e Araucária, referem-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 21,53% ao ano (22,61% ao ano em 2013) e 17,40% ao ano (16,20% ao ano em 2013) e 14,65% ao ano, respectivamente, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras previstas no contrato até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Na controlada Ambient a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo IGP-DI. Conforme previsto em contrato, a remuneração também é composta por outros custos fixos tais como custo com pessoal e demanda fixa contratada de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$37.588 (R\$36.424 em 31 de dezembro de 2013).

Na controlada Sesamm a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$6.963 (R\$6.453 em 31 de dezembro de 2013).

Na controlada Araucária a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$12.275.

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, na controlada Ambient são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$40.484 e na controlada Sesamm são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$25.726, distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelos investimentos nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

- (b) Nas controladas Araucária e Sanevap, o ativo financeiro é representado integralmente pelo custo de investimento oriundo de contrato de construção de estação de tratamento de esgoto que durante a fase de obras não resulta em margem de lucro. A controlada Araucária encontra-se em fase de operação assistida e a Sanevap em fase de construção.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>
2015	29.482
2016	32.382
2017	35.435
Após 2017	<u>301.536</u>
	<u>398.835</u>

## 8. INVESTIMENTOS

As informações, saldos e movimentações dos investimentos estão assim representados:

	Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	Araucária Saneam. S.A.	Sanevap Saneam. do Vale do Paraíba S.A.	Sanama Saneamento Alta Maceió S.A.	Sesamm Serviço de Saneam. de Mogi Mirim S.A.	Total
Informações sobre as investidas:						
Quantidade de ações integralizadas:						
Ordinárias	335.443	9.078	2.819	1.776	15.062	-
Preferenciais	670.882	-	-	-	-	-
Percentual de participação	100%	51%	50,1%	60%	57%	-
Capital social	48.491	17.800	5.626	29.600	19.532	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	25.237	4.512	(3.612)	(1.171)	3.906	-
Patrimônio líquido	109.132	15.137	890	1.789	26.695	-
Movimentação dos investimentos:						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	96.268	5.542	2.770	-	-	104.580
Dividendos a receber	(5.004)	-	-	-	-	(5.004)
Dividendos recebidos	(8.712)	-	-	-	-	(8.712)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>22.553</u>	<u>(2.776)</u>	<u>(514)</u>	-	-	<u>19.263</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>105.105</u>	<u>2.766</u>	<u>2.256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>110.127</u>
Aquisição de participação acionária	-	2.652	-	1.776	15.062	19.490
Dividendos a receber	(6.198)	-	-	-	(53)	(6.251)
Dividendos recebidos	(15.012)	-	-	-	-	(15.012)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>25.237</u>	<u>2.302</u>	<u>(1.810)</u>	<u>(703)</u>	<u>207</u>	<u>25.233</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>109.132</u>	<u>7.720</u>	<u>446</u>	<u>1.073</u>	<u>15.216</u>	<u>133.587</u>

Em 21 de maio de 2010, a Sociedade adquiriu participação na controlada Araucária mediante integralização de capital social no montante de R\$379 que representou 51% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital, mantendo sua participação acionária. Em 11 de março de 2014, a controlada Araucária aumentou seu capital social de R\$12.600 para R\$17.800, mantendo a participação da Sociedade em 51% do capital social. A Araucária tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de Campos do Jordão.

Em 4 de julho de 2011, a Sociedade adquiriu participação na controlada Sanevap mediante integralização de capital social no montante de R\$282 que representou 50,1% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital, mantendo sua participação acionária. A Sanevap tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09/09 celebrado com a SABESP, para construção de estação de tratamento de esgoto no município de São José dos Campos.

Em 8 de outubro de 2014, a Sociedade adquiriu participação na controlada Sanama mediante integralização de 10% do capital social no montante de R\$1.776 que representou 60% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade havia integralizado totalmente o capital, mantendo sua participação acionária. A Sanama tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativo nº 079/2014 celebrado com a CASAL, para implantação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário da parte Alta de Maceió.

Em 29 de dezembro de 2014, a Sociedade aumentou seu capital social no valor de R\$15.061, sendo R\$11.133 destinados ao capital social e R\$3.928 à reserva de capital, integralizados mediante a conferência das ações da empresa Sesamm e representa 57% do capital social integralizado dessa investida. A Sesamm tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão nº 013/08 celebrado com a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, para implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Mogi Mirim.

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do imobilizado em 2014 e 2013 está representada por:

Custo do imobilizado bruto	Controladora						Total
	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis terceiros	
Saldo em 31/12/2012	56	101	40	59	2	108	366
Adições	-	-	12	53	1	-	66
Baixas	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2013	56	101	52	106	3	108	426
Adições	-	142	16	26	-	38	222
Baixas	-	-	-	(3)	-	(108)	(111)
Saldo em 31/12/2014	<u>56</u>	<u>243</u>	<u>68</u>	<u>129</u>	<u>3</u>	<u>38</u>	<u>537</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31/12/2012	(32)	(27)	(2)	(30)	(1)	(53)	(145)
Adições	(11)	(10)	(4)	(17)	-	(36)	(78)
Baixas	-	-	-	2	-	-	2
Saldo em 31/12/2013	(43)	(37)	(6)	(45)	(1)	(89)	(221)
Adições	(12)	(20)	(7)	(22)	-	(19)	(80)
Baixas	-	-	-	1	-	104	105
Saldo em 31/12/2014	<u>(55)</u>	<u>(57)</u>	<u>(13)</u>	<u>(66)</u>	<u>(1)</u>	<u>(4)</u>	<u>(196)</u>
Saldo em 31/12/2013	13	64	46	61	2	19	205
Saldo em 31/12/2014	1	186	55	63	2	34	341
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	10%	20%	10%	10%	-

## Consolidado

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Edificações</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Benfeitorias em imóveis terceiros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	645	35	439	264	315	391	140	108	2.337
Adições	87	-	35	4	74	73	2	-	275
Baixas	-	-	(38)	-	(8)	(26)	-	-	(72)
Saldo em 31/12/2013	732	35	436	268	381	438	142	108	2.540
Adições	391	-	-	150	28	88	27	38	722
Baixas	-	-	(32)	-	-	(3)	-	(108)	(143)
Saldo em 31/12/2014	<u>1.123</u>	<u>35</u>	<u>404</u>	<u>418</u>	<u>409</u>	<u>523</u>	<u>169</u>	<u>38</u>	<u>3.119</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31/12/2012	(298)	-	(308)	(93)	(137)	(229)	(75)	(53)	(1.193)
Adições	(32)	-	(48)	(25)	(28)	(56)	(11)	(36)	(236)
Baixas	-	-	38	-	6	22	-	-	66
Saldo em 31/12/2013	(330)	-	(318)	(118)	(159)	(263)	(86)	(89)	(1.363)
Adições	(70)	-	(48)	(33)	(32)	-	(14)	(19)	(216)
Baixas	-	-	32	-	-	3	-	104	139
Depreciação acumulada em 31/12/2014	<u>(400)</u>	<u>-</u>	<u>(334)</u>	<u>(151)</u>	<u>(191)</u>	<u>(260)</u>	<u>(100)</u>	<u>(4)</u>	<u>(1.440)</u>
Saldo em 31/12/2013	402	35	118	150	222	175	56	19	1.177
Saldo em 31/12/2014	723	35	70	267	218	263	69	34	1.679
Taxa média anual de depreciação	4%		20%	10%	10%	20%	10%	10%	-

## 10. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Controladora e outras partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras.

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2014</u>			
	<u>Contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	-	(80)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	1.378	6.198	(3)	11.383
Araucária Saneamento S.A.	16	-	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	20	-	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	7	53	-	275
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	732	-	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>(153)</u>	<u>553</u>
Total	<u>2.269</u>	<u>6.251</u>	<u>(236)</u>	<u>12.211</u>

<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2013</u>			
	<u>Contas a receber</u>	<u>Dividendos a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	-	(80)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	188	5.004	-	1.292
Araucária Saneamento S.A.	81	-	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	1.144	-	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	4	-	-	80
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	732	-	-	-
Consórcio OHL Cesbe e Elevação	3.315	-	(78)	5.433
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	<u>205</u>	<u>-</u>	<u>(498)</u>	<u>8.338</u>
Total	<u>5.669</u>	<u>5.004</u>	<u>(656)</u>	<u>15.143</u>

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>					
	<u>31/12/2014</u>			<u>31/12/2013</u>		
	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>
GS Inima Environment S.A.	-	(80)	-	-	(80)	-
Outras partes relacionadas:						
Consórcio OHL e Freitas Guimarães	732	-	-	732	-	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	-	(33)	-	4	-	80
ECS Operações e Participações Ltda.	-	(6)	-	-	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	116	(152)	553	525	(498)	8.338
Consórcio OHL Cesbe e Elevação	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.493</u>	<u>(5.165)</u>	<u>5.433</u>
Total	<u>848</u>	<u>271</u>	<u>553</u>	<u>4.754</u>	<u>(5.743)</u>	<u>13.851</u>

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de vale-alimentação, assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida e participação nos resultados, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.



No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$901 (R\$900 em 31 de dezembro de 2013) a título de remuneração dos administradores da investida Ambient. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade e sua investida Ambient concedem participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica de “Obrigações sociais” são de R\$632 e R\$525 (R\$487 e R\$420 em 31 de dezembro de 2013). As metas são como seguem:

a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano.

Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, cumprimento das normas internas, advertência e suspensões e avaliação gerencial.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro, os saldos relativos a empréstimos em moeda nacional, estavam representados por:

<u>Instituições credoras</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Circulante</u>	
	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco Votorantim S.A.	(a) CDI +4,1% a.a.	Março de 2015	204	818
BNDES/Finame	(b) 5,5% a.a.	Abril de 2016	333	334
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(c) TJLP + 4,8% a.a.	Fevereiro de 2015	335	2.013
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(d) TJLP + 4,55% a.a.	Janeiro de 2016	852	854
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(d) Dólar +3,55% a.a.	Janeiro de 2016	343	303
Caixa Econômica Federal	(e) TR + 8,3% a.a.	Julho de 2032	1.192	-
Caixa Econômica Federal	(f) TR + 8,7% a.a.	Fevereiro de 2035	<u>6.236</u>	-
			<u>9.495</u>	<u>4.322</u>

		Consolidado			
		Juros e encargos	Vencimento	Não circulante	
				31/12/2014	31/12/2013
Banco Votorantim S.A.	(a)	CDI +4,1% a.a.	Março de 2015	-	202
BNDES/Finame	(b)	5,5% a.a.	Abril de 2016	111	443
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(c)	TJLP + 4,8% a.a.	Fevereiro de 2015	-	333
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(d)	TJLP + 4,55% a.a.	Janeiro de 2016	71	918
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	(d)	Dólar +3,55% a.a.	Janeiro de 2016	28	327
Caixa Econômica Federal	(e)	TR + 8,3% a.a.	Julho de 2032	32.261	-
Caixa Econômica federal	(f)	TR + 8,7% a.a.	Fevereiro de 2035	<u>71.775</u>	<u>35.935</u>
				<u>104.246</u>	<u>38.158</u>

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- a) Refere-se a financiamento para instalação do sistema de cogeração de energia elétrica, obtido com o Banco Votorantim S.A. Os juros e principais são pagos mensalmente com início em abril de 2011 até a data de vencimento em março de 2015.
- b) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em equipamentos utilizados na ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto “Caiçara”. Os juros e o principal são pagos mensalmente com início em maio de 2012 até a data de vencimento em abril de 2016.
- c) Refere-se a financiamento para construção obtido do BNDES, captado em julho de 2008. Os juros e o principal são pagos mensalmente até fevereiro de 2015.
- d) Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto “Caiçara” obtido do BNDES, captado em janeiro de 2011. Os juros e o principal são pagos mensalmente até janeiro de 2016.
- e) Refere-se a financiamento para a construção da Estação de tratamento de esgoto de Mogi Mirim, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal são pagos mensalmente julho de 2032.
- f) Refere-se a financiamento para a construção da Estação de tratamento de esgoto de São José dos Campos, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal terão início em fevereiro de 2015 e serão pagos mensalmente até fevereiro de 2035.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por nota promissória, “comfort letter” e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

A controlada Ambient e seus acionistas também assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro vinculados à obtenção do financiamento com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a controlada cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

O financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal pela Sanevap, em 6 de maio de 2013, no montante de R\$74.748, tem como objetivo permitir à controlada a realização dos investimentos compromissados, referentes ao Contrato de Locação de Ativos firmado junto a Sabesp. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 29 de julho de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, existiam recursos pendentes de liberação pelo banco no montante de R\$3.077. Esse contrato tem um prazo de carência de até 27 meses contados a partir da assinatura do contrato. A amortização de principal e juros será efetuada durante 240 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 12 do mês subsequente ao término do prazo de carência. Neste contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas “covenants”, relativas ao nível de endividamento da controlada e cumprimento de obrigações acessórias, A controlada assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato (“covenants”):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter até a conclusão dos empreendimentos, a relação entre o saldo devedor do financiamento e o Capital Social da controlada na proporção mínima de 93/7.
- Manter, concomitantemente, durante a vigência do financiamento, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual de 1,1 (um vírgula um) na fase de amortização, além de manter em conta de aplicação financeira vinculada (Conta Reserva) o saldo equivalente a 3 (três) prestações mensais, sendo que a controlada deverá observar o regramento abaixo quanto à reposição do ICSD:

- a) O ICSD será calculado anualmente da seguinte forma:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para pagamento da dívida no período (A)}}{\text{Serviço da Dívida no período (B)}}$$

Onde:

(A) = Fluxo de Caixa Operacional.

(+) Caixa Acumulado.

(B) = Amortização do Principal.

(+) Pagamento de Juros (taxa de administração + taxa de risco de crédito + taxa de juros).

- b) Cumulativamente o VML anual dividido pelo Serviço da Dívida Anual deve ser maior ou igual a 1,3 durante o período de amortização.
- c) Na fase de amortização, proceder à manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD conforme se segue:
  - c.1) Atendido: sem restrição à distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

c.2) Não atendido: proibida a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução do capital, observando ainda:

- ✓ Em no máximo 90 dias, sob pena de vencimento antecipado, a controlada deverá recompor o ICSD até que ocorra a primeira das hipóteses a seguir: a) A dívida com a CEF seja quitada; b) A controlada recomponha o índice igual ou maior a 1,2;
- ✓ Caso a recomposição acima mencionada seja realizada por meio de mútuo entre as Acionistas e a controlada, o mesmo deverá ter vencimento posterior ao final de vigência do contrato de financiamento. Sua amortização, total ou parcial, poderá ser realizada, desde que a controlada quando da nova apuração tenha atingido os índices (ICSD e VML/SERVIÇO DA DÍVIDA) inicialmente pactuados.

c.3) A primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD ocorrerá após um período mínimo de faturamento da controlada de 12 (doze) meses, que compreenderá os meses de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

- Não contrair endividamento sem a prévia e expressa anuência da CEF.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, desde que seja atendido o ICSD mínimo.

O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal pela Sesamm em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$35.063 tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 3 de março de 2011. Esse contrato tem um prazo de carência de 22 meses a partir da data de contratação, com pagamento de juros trimestrais. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até julho de 2032.

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas “*covenants*”, relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde julho de 2013, quando encerrou o período de carência do contrato.

A controlada assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato (“*covenants*”):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20.
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais.
- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento.

- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2014, têm os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016	6.160
2017	6.188
2018	6.445
Após 2018	<u>85.453</u>
Total	<u>104.246</u>

## 12. DEBÊNTURES PRIVADAS

Os saldos relativos a debêntures estavam representados por:

<u>Instituição credora</u>	<u>Juros e encargos</u>		Consolidado	
			<u>Vencimento</u>	
			Circulante	
			<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	3.505	-
Despesas pagas antecipadamente			<u>(152)</u>	<u>-</u>
Debêntures, líquidas			<u>3.353</u>	<u>-</u>
			Não Circulante	
			<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	118.568	112.196
Despesas pagas antecipadamente			<u>(2.151)</u>	<u>(2.454)</u>
Debêntures, líquidas			<u>116.417</u>	<u>109.742</u>

Em 15 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R\$95.500. Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R\$10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 7 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano ("spread"). O pagamento de juros será realizado mensalmente a partir do mês de janeiro de 2015.

A amortização das debêntures será realizada mensalmente, no primeiro dia de cada mês-calendário, a partir do primeiro dia do 34º mês-calendário contado a partir da data de emissão e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º mês-calendário contado a partir da data de emissão. A primeira parcela da amortização das debentures foi paga em 29 de dezembro de 2014. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures totalizam R\$2.643, estão contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e serão apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2014, os custos de transação incorridos totalizavam R\$2.302, sendo R\$152 no circulante e R\$2.150 no não circulante. Os custos de transação são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc.

As debêntures são garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da investida Araucária de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital.
- (ii) Os acionistas da Araucária empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Sociedade e a todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro.
- (iii) A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04, do Código Civil, todos os direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela SABESP e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela SABESP, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na cláusula 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na conta de “Recebíveis”, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária.
- (iv) A Araucária, a partir de 1º de dezembro de 2014, está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade, nº 0495-4, agência 3097, com a Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e às amortizações de principal das debêntures, devidos nos três meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada anteriormente foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (v) Os valores recebidos pela Araucária em razão da integralização das debêntures pelos debenturistas deverão ser depositados na Conta Vinculada, de sua titularidade, nº 0493-8, agência 3097, mantida na Caixa Econômica Federal. O saldo mantido na conta mencionada foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.

- (vi) A Araucária obriga-se a aportar recursos, em moeda corrente nacional, em montante suficiente para que haja conclusão do projeto e sua aprovação pela SABESP e cumprir com as suas obrigações devidas até a conclusão do projeto.
- (vii) O Consórcio Construtor contratou seguro-garantia da seguradora AUSTRAL, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas, em valor equivalente a 10% do montante do projeto, calculado na data de celebração da escritura.

### 13. CAPITAL SOCIAL

Em 26 de dezembro de 2014, através de reunião de quotistas, foi aprovado aumento no capital da Sociedade, no valor de R\$15.061, sendo R\$11.133 destinados ao capital social, e R\$3.928 à reserva de capital, integralizados mediante a conferência de 57% de participação acionária no capital da SESAMM.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é representado por 60.102 quotas (48.968 em 31 de dezembro de 2013), subscritas e integralizadas, com valor nominal de R\$60.102 (R\$48.968 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014	
	<u>Quotas subscritas</u>	<u>Participação %</u>
GS Inima Environment S.A.	57.861	96,27%
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	<u>2.241</u>	<u>3,73%</u>
Total	<u>60.102</u>	<u>100%</u>

  

	31/12/2013	
	<u>Quotas subscritas</u>	<u>Participação %</u>
GS Inima Environment S.A.	48.967	99,999%
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	<u>1</u>	<u>0,0001%</u>
Total	<u>48.968</u>	<u>100%</u>

A distribuição de lucros é definida em reunião dos quotistas. Em 12 de setembro de 2014, os sócios quotistas aprovaram a distribuição de lucros, no montante de até R\$16.000 referente ao saldo das reservas de lucros retidos. Os lucros distribuídos no valor de R\$15.280 foram integralmente pagos durante o exercício.

### 14. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta - serviços de construção	12.212	15.143	55.826	102.210
Receita bruta - tratamento de esgoto	-	-	55.887	27.322
Remuneração do ativo financeiro	-	-	30.568	27.879
ISS	(232)	(481)	-	(481)
PIS	(82)	(107)	(1.928)	(2.803)
COFINS	<u>(378)</u>	<u>(496)</u>	<u>(6.036)</u>	<u>(12.920)</u>
Receita líquida	<u>11.520</u>	<u>14.059</u>	<u>134.317</u>	<u>141.207</u>

## 15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Custos</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custos de pessoal	1.390	1.315
Serviços	5.554	1.211
Obras civis	1.587	2.389
Materiais	1.708	18
Outros custos com operação (recuperação de custos)	535	(234)
Total	<u>10.774</u>	<u>4.699</u>

<u>Custos</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custos de pessoal	4.020	3.281
Custos de manutenção e conservação	3.288	1.515
Retirada de resíduos	2.524	2.643
Juros passivos	2.829	1.402
Energia elétrica	411	1.866
Taxa de gerenciamento	629	594
Produtos químicos	972	496
Serviços	6.867	2.183
Obras civis	41.762	76.778
Materiais	1.708	17
Outros custos com operação	1.865	911
Total	<u>66.875</u>	<u>91.686</u>

<u>Despesas</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Com pessoal	3.601	2.950
Serviços de terceiros	3.649	1.847
Depreciação/amortização	98	97
Publicidade e propaganda	1.256	156
Outras despesas (receitas), líquidas	611	150
Total	<u>9.215</u>	<u>5.200</u>
Gerais e administrativas	<u>9.215</u>	<u>5.200</u>
Total	<u>9.215</u>	<u>5.200</u>

<u>Despesas</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Com pessoal	6.246	4.869
Serviços de terceiros	8.464	4.858
Depreciação/amortização	347	295
Publicidade e propaganda	1.650	728
Outros	2.183	1.370
Total	<u>18.890</u>	<u>12.120</u>
Gerais e administrativas	18.890	12.153
Outras receitas operacionais, líquidas	-	(33)
Total	<u>18.890</u>	<u>12.120</u>



## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.489	2.169	4.463	4.244
Variação monetária	-	218	109	430
Outros	-	-	69	89
Total de receitas	<u>2.489</u>	<u>2.387</u>	<u>4.641</u>	<u>4.763</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	63	45	20.919	10.777
Perda com operação de "swap" (vide nota explicativa nº 19.2)	-	-	-	-
Outras	10	14	314	572
Total de despesas	<u>73</u>	<u>59</u>	<u>21.233</u>	<u>11.349</u>

## 17. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Em 2013, a Sociedade alcançou os requisitos para reconhecimento dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, estão representados por:

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos diferidos ativos:		
Provisão para Riscos Trabalhistas:	52	98
Base de cálculo	52	98
Alíquota nominal	34%	34%
Total do ativo	<u>18</u>	<u>33</u>
<u>Diferenças temporárias</u>		
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Bases do ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	28.803	12.573
Provisão para riscos cíveis	52	495
Bases do passivo:		
Recolhimento diferido (a)	-	(8.222)
Ajustes referentes à diferença entre práticas fiscais e societárias (b)	(61.023)	(36.106)
Base de cálculo	(32.168)	(31.260)
Alíquota nominal	34%	34%
Total do passivo	<u>10.937</u>	<u>10.629</u>

- a) O montante de R\$8.222 em 31 de dezembro 2013, refere-se ao diferimento dos impostos sobre o faturamento de serviços efetivamente prestados a órgãos públicos, porém ainda não recebidos. Conforme previsto pela legislação fiscal, esse tributo estava sendo recolhido pelo regime de caixa e o diferimento era efetuado para atender ao regime de competência, mas pela mudança de regime de tributação do lucro real para o lucro presumido, a controlada Ambient adicionou à base de cálculo do imposto, o saldo dos valores cuja tributação havia diferido. Essa adição de imposto de renda e contribuição social diferida passiva foi adicionada no primeiro período de apuração do lucro presumido.
- b) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a diferença entre critério fiscal e societário considerados na apuração da receita e da amortização de ativos, decorrente da adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.181	25.571
Alíquota combinada vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(6.522)	(8.694)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	8.579	6.550
Dedução de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	-	293
Constituição de impostos diferidos	(16)	109
Outros	<u>(2.057)</u>	<u>(263)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(16)</u>	<u>(2.005)</u>
Correntes	-	(1.896)
Diferidos	<u>(16)</u>	<u>(109)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(16)</u>	<u>(2.005)</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.962	30.816
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(10.867)	(10.477)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Constituição de impostos diferidos	(16)	109
Outros	<u>1.727</u>	<u>119</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(9.156)</u>	<u>(10.249)</u>
Correntes	(7.401)	(12.643)
Diferidos	<u>(1.755)</u>	<u>2.394</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(9.156)</u>	<u>(10.249)</u>

## 18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

## b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referente a:		
Dividendos propostos e não recebidos	6.251	5.004
Transações que não envolveram caixa:		
Aquisição de investimento – Sesamm (NE 13)	15.061	-

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Até novembro de 2013, a controlada Ambient possuía um contrato de derivativo para reduzir o risco específico da flutuação na taxa de juros, o qual não é utilizado para fins especulativos.

A operação consiste em um “swap” de fluxo de caixa”, acompanhado mensalmente pela Administração e não ultrapassou os valores contratados de empréstimos.

### 19.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

### 19.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A determinação do valor justo (“fair value”) dos instrumentos financeiros contratados pela controlada Ambient é efetuada com base em metodologia padrão no mercado e informações obtidas com a instituição contratada.

Em 31 de dezembro de 2014, a Ambient não apresentava saldo relativo a instrumentos financeiros (derivativos), pois o financiamento foi quitado em novembro de 2013. O ganho líquido no exercício foi de R\$136 e está registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

As investidas Araucária, Sanevap e Sesamm estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

### 19.4. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, ativo financeiro e contas a receber.

A Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

### 19.5. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2014, representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

## 20. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros, sendo as respectivas coberturas consideradas suficientes para fazer face aos riscos identificados.

Nas sociedades Araucária e Sanevap, por força contratual, mantêm-se regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e o cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Na Controladora: Todos os riscos Seguro-garantia	Responsabilidade Civil para Administradores Garantia licitante	4.821
Na controlada Ambient: Todos os riscos Seguro-garantia	Responsabilidade civil - geral Riscos operacionais e de engenharia Garantia de execução do contrato de concessão	6.000 51.827 13.039
Na controlada Araucária: Todos os riscos Seguro-garantia	Riscos patrimoniais e perdas de receitas Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia Garantia de execução do contrato de concessão	3.000 106.113 5.306
Na controlada Sanevap: Todos os riscos Seguro-garantia	Riscos patrimoniais e perdas de receitas Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia Garantia de execução do contrato de concessão	4.000 80.374 12.056
Na controlada Sesamm Todos os riscos Seguro-garantia	“Directors and Officers” Riscos Operacionais Responsabilidade civil Garantia de execução do contrato de concessão	3.000 14.764 3.000 8.365
Na controlada Sanama Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral Riscos de engenharia	15.900 158.900

## 21. EVENTO SUBSEQUENTE

A controlada Ambient contratou um financiamento em Janeiro de 2015 com o BNDES automático junto ao Banco Itaú Unibanco S/A no valor de R\$14.814. Este financiamento é para as obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto de Ribeirão Preto, a primeira liberação no valor de R\$5.599 ocorreu no próprio mês e o saldo remanescente será liberado no decorrer de 2015, conforme andamento das obras.

## 22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de janeiro de 2015.

---